



AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
Avenida Rio Branco, 65, 12º a 22º andares - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-004
Telefone: (21) 2112-8100 e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.anp.gov.br>

EDITAL Nº 90006/2026

Processo nº 48610.232330/2025-77

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48610.232330/2025-77

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - ANP**, CNPJ nº 02.313.673/0002-08, por meio da SGA - Coordenação de Aquisições, sediada na Av. RIO BRANCO, nº 65, 12º ANDAR, bairro CENTRO, na cidade de RIO DE JANEIRO/RJ, CEP 20090-004, realizará licitação, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, com base na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: Conforme divulgação no sistema Compras.gov, no PNCP, no DOU e no Site da ANP.

Hora Inicial : 10:00 hs

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é prestação de serviço contínuo de clipping jornalístico diário, contendo matérias veiculadas em jornais, revistas, emissoras de TV e rádio, sites de internet e agências de notícias nacionais e internacionais, que citem a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o setor regulado ou outras notícias de seu interesse, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou

aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123 de 2006](#).

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor

de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da [Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual, microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e, para as cooperativas, deve cumprir os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.1. Considerando que o único item não é de participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.5.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.5.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.5.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.5.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.5.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.5.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.5.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.5.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#), para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

JUSTIFICATIVA: não haverá inversão de fases.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da

fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor expresso em Reais (R\$).

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridas no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).
- 6.8.1. É vedada a oferta de lances com mais de 02 (duas) casas decimais após a vírgula.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.
- 6.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação .
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o , auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno

porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do [Decreto nº 11.430, de 2023](#), e da [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#);

6.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#).

6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.1. empresas brasileiras;

6.21.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta que deverá:

6.24.1. Ser digitada em língua portuguesa, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada pelo licitante ou seu representante legal;

6.24.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

6.24.3. Conter a razão social, CNPJ, endereço completo, e-mail e telefone para contato da empresa, além do nome completo do seu Representante Legal.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

7.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. Considerando que se tratam de serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a sua desclassificação. A proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10,00 %, (dez virgula zero) por cento, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia ou digitalizados, assinados eletronicamente por chaves públicas brasileiras - ICP-Brasil.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo

de Contrato, a Administração poderá:

a) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis.

9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Antes da assinatura do contrato será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/anp/pt-br/servicos/processo-eletronico-sei>

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e

impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: email para ca@anp.gov.br com cópia para gmercadante@anp.gov.br

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/anp/pt-br/aceso-a-informacao/aquisicoes-licitacoes->

contratos/licitacoes-administrativas

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - Minuta de contrato.

13.11.2. ANEXO II - Termo de Referência.

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar.

Rio de Janeiro ,

.....
Superintendente de Gestão Administrativa e Aquisições



Documento assinado eletronicamente por **GLLAUCO CHILELLI MERCADANTE, Pregoeiro**, em 01/06/2026, às 12:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **SORAYA XAVIER FRANCO, Superintendente de Gestão Administrativa e Aquisições**, em 02/06/2026, às 18:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.anp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6000547** e o código CRC **7873D55C**.

Referência: Processo nº 48610.232330/2025-77

SEI nº 6000547



AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
Avenida Rio Branco, 65, 12º a 22º andares - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-004
Telefone: (21) 2112-8100 e Fax: @fax_unidade@ - http://www.anp.gov.br

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 48610.232330/2025-77

ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48610.232330/2025-77

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº _____, QUE FAZEM ENTRE SI A AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - ANP, E A EMPRESA _____.

A **AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS** -, com sede na Av. RIO BRANCO, nº 65, 12º ANDAR bairro CENTRO, na cidade de RIO DE JANEIRO/RJ, CEP 20090-004, inscrita no CNPJ sob o nº 02.313.673/0002-08, neste ato representada pelo Sr. ARTUR WATT NETO , Diretor Geral, nomeado pelo Decreto nº, publicado no DOU em, portador da Matrícula Funcional nº , doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa __, inscrita no CNPJ/MF sob o nº __, sediada na __, __, bairro __, na cidade de __/__, CEP __, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por __, , conforme __, tendo em vista o que consta no Processo nº 48610.232330/2025-77 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 90006/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de clipping jornalístico diário, contendo matérias veiculadas em jornais, revistas, emissoras de TV e rádio, sites de internet e agências de notícias nacionais e internacionais, que cite a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, o setor regulado ou outras notícias de seu interesse , a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	Un. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviço de clipping jornalístico	Serviço mensal	12	R\$	R\$

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
 - 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação tem natureza continuada;
 - 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com a informação de que o objeto tenha sido prestado regularmente;
 - 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do objeto;
 - 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
 - 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
 - 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).
- 2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1 O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.5. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração

de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO ;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.20. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.22. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.23. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.24. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato;
- 9.24.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.25. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.26. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.27. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.28. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.29. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.30. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.31. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e

eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.32. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.35. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

9.36. Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

9.37. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações.

9.38. Ao final do contrato ou mesmo antes, quando solicitada, a empresa CONTRATADA deverá fornecer à ANP todos os arquivos de conteúdo de matérias (em PDF e/ou HTML) acompanhados de arquivo em XML que permita a carga de todas as matérias na infraestrutura de banco de dados da ANP ou de outra empresa CONTRATADA para dar continuidade ao serviço. Cada matéria corresponderá a um registro XML que conterá campos com título da matéria, resumo, assuntos, veículo de publicação, data, nome do arquivo PDF ou HTML com o conteúdo da matéria, de forma padronizada que permita seu tratamento automático e confiável. O banco de dados deverá ser entregue em HD externo ou arquivo disponibilizado em um serviço de armazenamento na nuvem.

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

12.1.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata o subitem anterior ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda

de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.7.3. Das indenizações e multas.

12.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato .

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos

consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: 323031/32205;

II) Fonte de recursos: 1050/1052/3050;

III) Programa de trabalho: 25.122.0032.2000.0001;

IV) Elemento de despesa: 339039.49;

VI) Nota de empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Rio de Janeiro, Seção Judiciária de RJ, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

.....
AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS

ARTUR WATT NETO

Diretor Geral

.....
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS

1-

2-



Documento assinado eletronicamente por **GLLAUCO CHILELLI MERCADANTE, Pregoeiro**, em 01/06/2026, às 12:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.anp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6005510** e o código CRC **638F2DED**.

Referência: Processo nº 48610.232330/2025-77

SEI nº 6005510

AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO - ANP - RJ

Termo de Referência 12/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
12/2026	323031-AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO - ANP - RJ	FABIO PORTNOJ CANTINHO	30/03/2026 16:37 (v 0.9)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	172/2026	48610.232330/2025-77

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 48610.232330/2025-77)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço contínuo de clipping jornalístico diário, contendo matérias veiculadas em jornais, revistas, emissoras de TV e rádio, sites de internet e agências de notícias nacionais e internacionais, que citem a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o setor regulado ou outras notícias de seu interesse, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL 12 meses
1	Serviço de clipping jornalístico	10219	Serviço mensal	12	R\$ 12.516,59	R\$ 150.199,08

2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
3. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.
4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses (1 ano), contados a partir da assinatura do contrato pelas partes, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026 com as seguintes informações: DFD 176/2025, item 37 no PCA, número da contratação 172/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A empresa CONTRATADA deverá efetuar seleção diária de notícias (clipping) em que uma lista de palavras-chave, definida pela ANP, são citadas e veiculadas nos jornais, revistas, TV, rádio e sites de notícias na Internet.

3.2 Deverão ser selecionadas notícias e matérias publicadas nos veículos de comunicação listados no ANEXO I.

3.3 A lista de veículos descrita no ANEXO I não é exaustiva, uma vez que a pesquisa pode abranger também outros veículos impressos ou online.

3.4 A ANP poderá solicitar a inclusão de novo(s) veículo(s) no objeto da contratação, até um limite de 10% do número total de veículos listados no ANEXO I.

3.5 A lista de palavras-chave inicial para cobertura do clipping está relacionada abaixo:

Português

- a) ANP – Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
- b) Diretoria da ANP
- c) Petróleo
- d) Gás Natural
- e) GLP / gás de cozinha / gás liquefeito de petróleo
- f) Combustíveis (gasolina, diesel, querosene de aviação)
- g) Refino de petróleo
- h) Associações do setor (IBP, ONIP, ABPIP, Sindigás, Sindicom, Fecombustíveis, etc.)
- i) Órgãos de governo relacionados ao setor de petróleo e gás (exemplo: Ministério de Minas e Energia, Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA).
- j) Postos / Fiscalização de postos de combustíveis
- k) Distribuidoras (distribuidoras de combustíveis, como Shell, Vibra, Ipiranga, etc.).
- l) Principais empresas do setor de GLP (Ultragaz, Liquigás, Supergasbras, etc.)
- m) Meio Ambiente (matérias de meio ambiente relacionadas à exploração e produção de petróleo e ao refino de combustíveis)
- n) Segurança operacional e acidentes relacionados ao setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis
- o) Exploração e produção de petróleo e gás
- p) Conteúdo Local (relacionado ao setor de petróleo e gás)
- q) Rodadas de Licitação de óleo e gás / Oferta Permanente
- r) Principais empresas do setor de upstream (Petrobras, Shell, Total, Equinor, BP, Exxon, Eneva, Prio, etc.)

- s) Shale gas, gás de xisto
- t) Participações governamentais (relacionado a petróleo e gás natural) / royalties / participações especiais
- u) Fracking / Fraturamento hidráulico
- v) Biocombustíveis (biodiesel, etanol, bioquerosene, biogás etc.)
- w) Hidrogênio
- x) Captura e armazenamento de carbono / CCS / CCUS

Inglês

ANP – National Agency of Petroleum, Natural Gas and Biofuels

3.6 A lista de palavras-chave poderá ser alterada de acordo com o interesse da ANP.

3.7 O clipping deverá ser entregue em ambiente online, por meio de uma página personalizada. O detalhamento está discriminado nas próximas seções.

3.8 A CONTRATADA deverá apresentar em até 5 dias úteis ou outro prazo combinado entre as partes o contrato de licenciamento para serviços de clipping com a Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Valor Econômico e quaisquer outros veículos que façam esta exigência. No caso de veículos que não permitam a reprodução por serviços de clipping, as matérias deverão ser indicadas com título, pequeno trecho do texto, no qual esteja mencionada a ANP ou a palavra-chave de referência, e o link para sua visualização no veículo de origem.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 O fornecedor deverá observar os critérios de sustentabilidade ambiental, tendo por fundamento, a Constituição Federal, a Lei nº 13.303/2016, compromissos internacionais assumidos pelo Estado Brasileiro, e outras legislações pertinentes, particularmente a Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima, e a Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.2 Quando for o caso de equipamentos estes serão fornecidos de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental;

4.3 Cumprir, no que couber, as exigências do inciso XI, art. 7º da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS;

4.4 Cumprir, no que couber, as exigências do art. 6º da Instrução Normativa MPOG nº01, de 19 de janeiro de 2010, que estabelece as práticas de sustentabilidade na prestação dos serviços.

Subcontratação

4.5 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.6 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

4.7 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

- 4.8 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 4.9 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 4.10 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 4.11 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 4.12 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 4.13 Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.14 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.15 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.16 Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.17 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.18 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
 - c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.19 Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.
- 4.20 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.21 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.22 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.23 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.24 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.25 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.26 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.27 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.28 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.29 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.30 O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.31 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e /ou aplicar sanções à contratada.

4.32 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Especificações do Clipping em ambiente online

5.1 A Contratada deverá entregar uma página online personalizada do clipping em questão.

5.2 O layout inicial deverá ser submetido à aprovação da ANP em até 3 dias úteis após a assinatura do contrato. Para que a Agência não fique sem o serviço, uma página provisória com as funcionalidades abaixo deverá ser disponibilizada de imediato após a assinatura do contrato.

5.3 Conforme imagens ilustrativas no ANEXO II, a página do clipping deverá ser dividida nas seguintes seções:

5.4 Vitrine: home-page ou página inicial onde estarão presentes todas as principais notícias e matérias veiculadas nas últimas 24 horas no dia e um menu inicial com os seguintes botões: todos os veículos, TV, Jornais e Revistas, Internet, Online, Internacional e Rádio. Deve apresentar ainda um sistema de busca detalhada.

5.5 Página com imagens das capas dos principais jornais impressos do país, a serem combinados entre a ANP e a CONTRATADA, independentemente dos assuntos publicados.

5.6 Páginas com a lista das matérias: cada botão do menu inicial deve direcionar para uma página com a lista das matérias do tipo de veículo, incluindo: data e hora de publicação, título, início da matéria com os primeiros 200 caracteres, nome do veículo e palavra(s) chave(s) encontrada(s). Devem ser listadas em ordem cronológica da mais recente para a mais antiga. Deve apresentar também ícones para impressão e exportação da matéria na íntegra, no formato original de sua publicação em pdf de alta resolução e para exportação para o formato txt. No caso de TV ou vídeos, deve apresentar opções para assistir o vídeo ou salvar o arquivo. No caso de rádio ou áudio, o arquivo poderá ser reproduzido ou salvo. O usuário deve poder ainda selecionar as matérias em lotes para impressão, exportação para os formatos acima ou ainda gerar uma planilha em Excel com todas as informações.

5.7 Página específica da matéria (jornais e revistas): Ao clicar na matéria da página com a lista das matérias, o usuário será direcionado à página com o conteúdo completo da matéria em formato de texto. A notícia deve ser identificada pela página, editoria/seção/coluna e indicação caso seja manchete ou tenha chamada de capa. Deve apresentar também ícones para impressão e exportação da matéria na íntegra, no formato original de sua publicação em PDF de alta resolução, e para exportação para o formato txt. No PDF deve constar a reprodução da(s) página(s) da matéria de seu veículo de origem, com fotos em alta resolução (min. 300 dpi), bem como a reprodução da capa do veículo quando a matéria for manchete ou tiver chamada de capa.

5.8 Página específica da matéria (online): Ao clicar na matéria da página com a lista das matérias, o usuário será direcionado à página com o conteúdo completo da matéria em formato de texto. Deve apresentar também link para a visualização da matéria no endereço eletrônico de origem, ícones para impressão e exportação da matéria na íntegra.

5.9 Página específica da matéria (rádio): deve apresentar opções para reproduzir ou salvar o arquivo de áudio com boa qualidade. A notícia deve ser identificada pela data, horário de veiculação, emissora, programa e tempo de duração, além de conter título e, breve resumo do conteúdo e transcrição da matéria na íntegra (pode ser feita por ferramenta de inteligência artificial).

5.10 Página específica da matéria (TV): deve apresentar opções para assistir o vídeo ou salvar o arquivo com boa qualidade. A notícia deve ser identificada pela data, horário de veiculação, emissora, programa e tempo de duração, além de conter título e, breve resumo do conteúdo e transcrição da matéria na íntegra (pode ser feita por ferramenta de inteligência artificial).

5.11 Sistema de busca: A Home-page e a página com a lista das matérias devem possuir também uma área com o sistema de busca que contemple os seguintes filtros: Assunto, palavra-chave, jornalista, palavra ou lista de palavras na matéria, Estado, Veículo, data, período a ser selecionado, dia da semana, idioma (inglês ou português), entre outras informações relevantes.

5.12 A página do clipping poderá ser acessada por meio de dispositivos móveis, como celulares e tablets, além de computadores. Deverá ser compatível com todos os principais navegadores de Internet. Além disso, deverá ficar disponível em uma área no site da empresa e deverá ser atualizada com as matérias que forem sendo publicadas ao longo do dia.

5.13 No caso dos vídeos, a CONTRATADA deverá disponibilizar no ambiente online, as notícias em formato compatível para divulgação nos produtos de Intranet e Internet da ANP (.MP4, .AVI, .MOV, .MPEG, .FLV ou .MKV), e em formato compatível para download.

5.14 No caso dos áudios, a CONTRATADA deverá disponibilizar no ambiente online, as notícias em formato MP3 com finalidade de streaming online nos produtos da ANP. Quando necessário, será solicitada a disponibilização do áudio em alta qualidade de som, com 256 Kbps, para download.

5.15 A Contratada deve cumprir os seguintes prazos para atualização no banco de dados:

5.15.1 As matérias da mídia online (incluindo jornais, revistas e veículos online) deverão ser inseridas em tempo real, durante todo o dia, no site específico, com atraso de, no máximo, 60 minutos;

5.15.2 As matérias da mídia impressa nos jornais diários deverão ser digitalizadas e inseridas no banco de dados até as 8h em dias úteis e até as 9h em finais de semana e feriados. Na versão online, deverão seguir os prazos do item 8.15.1;

5.15.3 As matérias de revistas semanais deverão ser digitalizadas e inseridas no banco de dados até as 9h da data de sua publicação. Na versão online, deverão seguir os prazos do item 8.15.1;

5.15.4 As matérias de revistas mensais deverão ser digitalizadas e inseridas no banco de dados até o dia seguinte da data de sua publicação. Na versão online, deverão seguir os prazos do item 8.15.1;

5.15.5 As matérias de rádio e TV deverão ser digitalizadas e inseridas no banco de dados em até 6 (seis) horas após sua veiculação. Na versão online, deverão seguir os prazos do item 8.15.1.

5.16 Para o acesso à página do clipping, a CONTRATADA obriga-se a disponibilizar dois logins e duas senhas diferentes, uma de uso restrito à Superintendência de Comunicação e Relações Institucionais e uma de uso geral dos funcionários da ANP, sem limite de acessos, a serem disponibilizados na Intranet da Agência.

5.17 Tendo em vista que o serviço deverá funcionar 24h, 7 (sete) dias por semana, o banco de dados com as notícias deverá estar na infraestrutura da CONTRATADA, bem como o gerenciador de conteúdo e toda a infraestrutura de índices e arquivos que dão suporte à navegação e consultas. O serviço deverá ser compatível com a tecnologia usada pela ANP e estar acessível em 100% do dia, com bom funcionamento.

5.18 O sistema a ser utilizado para viabilizar o serviço é de responsabilidade e propriedade integral da CONTRATADA, devendo apresentar as funcionalidades aqui descritas de forma provisória a partir do primeiro dia de vigência do contrato. Entretanto, ao final do contrato ou mesmo antes, quando solicitada, a empresa CONTRATADA deverá fornecer à ANP todos os arquivos de conteúdo de matérias (em PDF e/ou HTML) acompanhados de arquivo em XML que permita a carga de todas as matérias na infraestrutura de banco de dados da ANP ou de outra empresa CONTRATADA para dar continuidade ao serviço. Cada matéria corresponderá a um registro XML que conterá campos com título da matéria, resumo, assuntos, veículo de publicação, data, nome do arquivo PDF ou HTML com o conteúdo da matéria, de forma padronizada que permita seu tratamento automático e confiável.

5.19 Ao final de cada mês e ano, a CONTRATADA deverá enviar relatório à ANP em que conste o número total de matérias clipadas, a cada mês e o total do ano, bem quantas delas mencionaram a ANP.

5.20 A CONTRATADA deverá enviar, por e-mail, para os endereços informados pela ANP, de hora em hora, entre as 7h e as 20h, a lista das matérias clipadas desde o último envio, com links para acessá-las na página. Cada matéria ou notícia do clipping por e-mail para uma lista de servidores da ANP a ser definida após a assinatura do contrato, observando-se as seguintes disposições:

5.21 O assunto do e-mail será o título da matéria

5.22 O corpo do e-mail deve conter a data e hora de publicação, autor da matéria e/ou agência de notícias (quando houver), o texto da matéria na íntegra e um link para a página específica online do clipping com a matéria.

5.23 Em caso de rádio ou TV, o texto será um resumo da matéria. O link deverá apontar para a página específica da matéria, onde será possível visualizar, escutar ou salvar o arquivo.

5.24 A empresa vencedora deverá apresentar à SCI/ANP um layout definitivo do sistema a ser utilizado (ferramenta) em até 03 (três) dias úteis após a assinatura do contrato.

5.25 A CONTRATADA deverá fornecer ainda um login e senha de usuário para acesso total aos seguintes veículos em até 3 dias úteis: **Valor Online/O Globo, O Estado de São Paulo Online, Folha de São Paulo Online e Brasil Energia.**

5.26 O layout e a infraestrutura do ambiente online podem ser alterados ou adaptados, desde que submetidos à aprovação da ANP.

5.27 A CONTRATADA deverá disponibilizar no ambiente online o histórico dos últimos 5 (cinco) anos do banco de dados com as matérias “clipadas”. Após o envio dos arquivos pela ANP, o banco de dados com o histórico deve ser atualizado em até 5 (cinco) dias úteis ou em outro prazo combinado entre as partes.

5.28 Em até 5 (cinco) dias úteis após o encerramento do contrato, a CONTRATADA deverá arquivar e enviar à ANP o banco de dados com todas as matérias “clipadas” durante a vigência contratual nas especificações deste TR e seus anexos.

5.29 Após a assinatura do contrato deverá ser realizada reunião de alinhamento com representantes da CONTRATANTE e da CONTRATADA - presencial, no Escritório Central da ANP, no Rio de Janeiro, ou virtual, por videoconferência -, com o objetivo de identificar as expectativas, nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos e esclarecer eventuais dúvidas sobre o objeto contratual.

5.30 A data e o horário da reunião de alinhamento inicial serão definidos pela CONTRATANTE em comum acordo com a CONTRATADA, em até 03 (três) dias úteis após a assinatura do contrato. Nesta reunião, a CONTRATADA deverá apresentar, ao(s) servidor(es) a ser (em) designado(s) pela ANP, o layout e funcionalidades da página do clipping online para aprovação da ANP.

5.31 Após a apresentação da página, a CONTRATANTE poderá solicitar que a CONTRATADA providencie adequações necessárias tanto ao pleno funcionamento da ferramenta quanto ao seu perfeito entendimento pelos usuários.

5.32 Em caso de necessidade de ajustes na ferramenta, a CONTRATADA tem até 5 (cinco) dias úteis para proceder com as adequações solicitadas. A CONTRATANTE terá até 10 (dez) dias úteis para avaliar se as adequações atendem ou não à demanda da ANP.

5.33 Findo o prazo máximo estipulado para a realização dos ajustes, a CONTRATADA deve apresentar nova versão da referida ferramenta. Caso a CONTRATANTE considere que a ferramenta ainda não atende às especificações técnicas solicitadas, conforme este Termo de Referência, fica a CONTRATADA sujeita às sanções previstas na legislação em vigor.

5.34 Outros ajustes na ferramenta web de disponibilização do clipping poderão ser solicitados pela CONTRATANTE à CONTRATADA a qualquer tempo da vigência contratual sem custo adicional, desde que não fuja ao objeto do contrato.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.35 Em 2025, foram cerca de 62.279 matérias com menções à ANP selecionadas pela ferramenta de clipping.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.36 Ao final do contrato ou mesmo antes, quando solicitada, a empresa CONTRATADA deverá fornecer à ANP todos os arquivos de conteúdo de matérias (em PDF e/ou HTML) acompanhados de arquivo em XML que permita a carga de todas as matérias na infraestrutura de banco de dados da ANP ou de outra empresa CONTRATADA para dar continuidade ao serviço. Cada matéria corresponderá a um registro XML que conterá campos com título da matéria, resumo, assuntos, veículo de publicação, data, nome do arquivo PDF ou HTML com o conteúdo da matéria, de forma padronizada que permita seu tratamento automático e confiável. O banco de dados deverá ser entregue em HD externo ou arquivo disponibilizado em um serviço de armazenamento na nuvem;

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6. Modelo de Gestão do Contrato

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de 30 dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo CONTRATADO.

6.6 O pagamento da Nota Fiscal/Fatura será efetuado de acordo com o cumprimento do Acordo de Nível de Serviço (Anexo III).

6.7 A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir, devendo estar acompanhada dos documentos mencionados no §1º do art. 36 da IN SLTI /MPOG nº 02, de 2008.

6.8 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

6.9 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

6.10 Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

6.11 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.12 Antes de cada pagamento será verificado pelo CONTRATANTE, por meio de consulta on-line ao SICAF, a comprovação da regularidade do cadastramento e habilitação do CONTRATADO, bem como, será procedida consulta ao CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas), de que trata a Portaria MCT nº 516, de 2010, e a prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho no sítio da rede mundial de computadores do Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br/certidao), as quais serão juntadas ao processo administrativo.

6.13 Constatando-se a situação de irregularidade, o CONTRATADO será advertido para regularizar sua situação ou, no mesmo prazo, apresentar sua defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, mediante justificativa do CONTRATADO aceita pelo CONTRATANTE.

6.14 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do CONTRATADO, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pelo CONTRATANTE, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.15 Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE adotará as medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurando ao CONTRATADO a ampla defesa.

6.16 Caso o CONTRATADO não regularize sua situação e havendo a efetiva prestação de serviços, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual.

6.17 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF ou perante a Justiça do Trabalho.

6.18 O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pelo CONTRATADO, nos termos do Contrato

6.19 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao CONTRATADO; sendo este insuficiente, fica o CONTRATADO obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

6.20 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo CONTRATADO ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

6.21 Conforme disposto no § 6º do art. 36 da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2008, a retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, ocorrerá quando o CONTRATADO:

a) não produziu os resultados acordados;

b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade e prazos mínimos exigidos;

c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.22 A avaliação da qualidade do trabalho executado será realizada de acordo com o Acordo de Nível de Serviço do Anexo III.

6.23 A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.24 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento por culpa comprovada da CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária financeira, apurada entre a data de vencimento da nota fiscal e a do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas: $I = (TX/100)/365$

$EM = I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso.

Preposto

6.25 O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.26 O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto

6.27 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.28 O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.29 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.30 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.31 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.32 Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.33 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.34 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.35 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.36 A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.37 Conferir o prazo para disponibilização das matérias está de acordo com o TR.

6.38 Verificar se todas as matérias com as palavras-chave listadas foram realmente clipadas com todas as informações necessárias.

6.39 Verificar se o ambiente online está no ar e funcionando corretamente.

6.40 Verificar se os dados para login e senha dos veículos específicos mencionados neste TR foram enviados no prazo

6.41 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.42 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.43 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.44 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.45 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

- a) Conferências das notas fiscais emitidas
- b) Verificar se os serviços estão sendo entregues conforme o TR

Gestor do Contrato

6.46 Cabe ao gestor do contrato:

- a) coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- d) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- e) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- f) elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- g) enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.
- h) receber e dar encaminhamento imediato:
 - h.1) às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174 /2024;
 - h.2) à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7. Critérios de Medição e Pagamento

7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo III.

7.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1 não produziu os resultados acordados,

7.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

a) Cumprir os prazos para inserção das matérias no ambiente online do clipping

b) Abranger as palavras-chave e lista de veículos de constam deste TR

c) Atender às especificações do ambiente online no layout e formatos do clipping online

d) Verificar se os dados para login e senha dos veículos específicos mencionados neste TR foram enviados no prazo

e) Disponibilizar o banco de dados ao final do contrato

Recebimento

7.5 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 2 (dois) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10 Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período de cada mês ou período proporcional entre a data de início do serviço o final do mês

7.11 Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1 fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

a) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

b) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

c) Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

d) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

e) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.21 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.23 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.25 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.27 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.28 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Forma de pagamento

7.30 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.31 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.32 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

a) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.33 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Prazo de pagamento

7.34 O pagamento será efetuado no prazo máximo estimado de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Reajuste

7.35 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando a data de envio da proposta no momento do pregão.

7.36 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.37 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.38 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.39 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.40 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.41 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.42 O reajuste será realizado por apostilamento.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave; produziu os resultados acordados Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.3 Multa:

a) Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

b) Moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

c) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

d) Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

e) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

f) Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

g) Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

h) Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, 5% (conco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

i) A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.3 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.4 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.6 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30(trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.9 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.10 Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante; e

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.11 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.12 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.13 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.14 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.15 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.16 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Exigências de habilitação

9.2 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.3 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.4 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.8 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.10 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.11 Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.12 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18 Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21 certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.24 Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação para o período de doze meses – aplicável para o contrato de serviço continuado, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

9.25 Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.26 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28 O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.29 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.30 Declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.31 Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.32 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

a) contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 3 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes.

b) Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

c) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

d) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

e) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.33 Durante a realização do pregão, a empresa vencedora deverá submeter à aprovação da ANP um modelo de página de clipping em ambiente online já desenvolvido para outros clientes, em especificações similares ao presente TR.

Disposições gerais sobre habilitação

9.34 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.35 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.36 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.37 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 150.199,08 (cento e cinquenta mil, cento e nove e nove reais e oito centavos) por 12 meses, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2 A contratação será atendida pela dotação orçamentária:

UG/Gestão: 323031/32205

Programa de Trabalho: 25.122.0032.2000.0001

Natureza de Despesa: 339039.49

UGR: 323059

Fonte: 1050/1052/3050

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I

ANEXO I – LISTA DE VEÍCULOS

OBS.: EM TODOS OS CASOS, O CLIPPING DEVE INCLUIR COLUNAS DE NOTAS, DE OPINIÃO E ARTIGOS PUBLICADOS NOS VEÍCULOS.

JORNAIS

VALOR ECONÔMICO

O GLOBO RJ

EXTRA RJ

O DIA RJ

O FLUMINENSE RJ

POVO DO RIO RJ

JORNAL DO COMMERCIO RJ

MONITOR MERCANTILRJ

FOLHA DIRIGIDA RJ

A TRIBUNA – NITERÓI RJ

O SÃO GONÇALO RJ

CORREIO DA MANHÃRJ

DIÁRIO DO VALE - VOLTA REDONDA RJ

O DEBATE - MACAÉ RJ

O DIÁRIO - CAMPOS RJ

TRIBUNA DE PETRÓPOLIS RJ

FOLHA1 CAMPOS RJ

FOLHA DE S. PAULO SP

O ESTADO DE S. PAULO SP

AGORA SP

GAZETA DE S. PAULO SP

DCI SP

A TRIBUNA - SANTOS SP

O IMPARCIAL SP

DIÁRIO DO GRANDE ABC SP

ESTADO DE MINAS MG

O TEMPO MG

DIÁRIO DO COMÉRCIO MG

HOJE EM DIA MG

DIÁRIO DE MINAS MG

A GAZETA ES

A TRIBUNA ES

FOLHA DE LONDRINA PR

GAZETA DO POVO PR

DIÁRIO CATARINENSE SC

JORNAL DO COMÉRCIO RS

ZERO HORA RS

MEIO NORTE PI

DIÁRIO DO POVO PI

DIÁRIO DE PERNAMBUCO PE

FOLHA DE PERNAMBUCO PE

JORNAL DO COMMERCIO PE

JORNAL DA PARAÍBA PB

A UNIÃO PB

O POVO CE

DIÁRIO DO NORDESTE CE

O ESTADO CE

A TARDE BA

CORREIO DA BAHIA BA

TRIBUNA DO NORTE RN

CORREIO DE SERGIPE SE

JORNAL DA CIDADE SE

O ESTADO DO MARANHÃO MA

O IMPARCIAL MA

TRIBUNA INDEPENDENTE AL

GAZETA DE ALAGOAS AL

O HOJE GO

O POPULAR GO

DIÁRIO DA MANHÃ GO

JORNAL DO SENADO DF

CORREIO BRAZILIENSEDF

JORNAL DE BRASÍLIA DF

DIÁRIO DE CUIABÁ MT

A GAZETA MT

FOLHA DO ESTADO MT

CORREIO DO ESTADO MS

O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL MS

O LIBERAL PA

DIÁRIO DO PARÁ PA

JORNAL DO COMÉRCIO AM

DIÁRIO DO AMAZONAS AM

CORREIO DA AMAZÔNIA AM

DIÁRIO DO ACRE AC

FOLHA DE BOA VISTA RR

JORNAL DO TOCANTINS TO

DIÁRIO DO AMAPÁ AP

REVISTAS

BRASIL ENERGIA

BRASIL ENERGIA PETRÓLEO E GÁS

CARTA CAPITAL

COMBUSTÍVEIS & CONVENIÊNCIA (FECOMBUSTÍVEIS)

CONJUNTURA ECONÔMICA

ÉPOCA

ÉPOCA NEGÓCIOS

EXAME

FORBES BRASIL

INFO MONEY

ISTO É

ISTO É DINHEIRO

PETRO & QUÍMICA

PIAUÍ

PORTOS E NAVIOS

POSTO DE OBSERVAÇÃO (SINCOPEPETRO)

POSTOS E SERVIÇOS (RESAN)

QUATRO RODAS

TN PETRÓLEO

VEJA

VEJA RIO

VEJA SÃO PAULO

VOCÊ S/A

TELEVISÃO

Veiculação Nacional e praças Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal

TV GLOBO E AFILIADAS

TV BRASIL

REDE TV

TV BAND E AFILIADAS

CNT

TV RECORD E AFILIADAS

SBT E AFILIADAS

SBT NEWS

TV CULTURA

GLOBO NEWS

BAND NEWS

RECORD NEWS

JOVEM PAN

CNN BRASIL

TV CÂMARA

TV SENADO

TV JUSTIÇA

TV ALERJ

RÁDIO

Veiculação Nacional e praça Rio De Janeiro

RÁDIO CBN

RÁDIO BAND NEWS

RÁDIO NACIONAL

RÁDIO TUPI

RÁDIO JOVEM PAN

ONLINE (nacionais e/ou em português)

A GAZETA ONLINE

A TARDE ONLINE

A TRIBUNA – NITERÓI ONLINE

A TRIBUNA - SANTOS ONLINE

ADVFN NEWS

AGÊNCIA AMAZONAS PRESS

AGÊNCIA ARGUS MEDIA

AGÊNCIA BLOOMBERG

AGÊNCIA BRASIL

AGÊNCIA CÂMARA

AGÊNCIA DC NEWS

AGÊNCIA EIXOS

AGÊNCIA ESTADO

AGÊNCIA INFRA

AGÊNCIA LUSA

AGÊNCIA MEGAWHAT

AGÊNCIA REUTERS

AGÊNCIA SENADO

AGRO ESTADÃO

AGORA SP ONLINE

AUTOESPORTE ONLINE

BBC

BEM PARANÁ

BIODIESELBR

BNAMERICAS

BOL

BRASIL 247

BRASIL DE FATO

BRASIL ENERGIA ONLINE (ENERGIA HOJE)

BRASIL ENERGIA PETRÓLEO E GÁS ONLINE (PETRÓLEO HOJE)

CANA ONLINE

CANAL ENERGIA

CAPITAL RESET

CARTA CAPITAL ONLINE

CENÁRIO ENERGIA

CLIC RBS

CLIMAINFO

CONGRESSO EM FOCO

CONJUNTURA ECONÔMICA ONLINE

CONJUNTURA ONLINE

CONJUR / CONSULTOR JURÍDICO

CORREIO BRAZILIENSE ONLINE

CORREIO DA BAHIA ONLINE

CORREIO DE SERGIPE ONLINE

CORREIO DO ESTADO ONLINE

DCI ONLINE

DIÁRIO CATARINENSE ONLINE

DIÁRIO DA MANHÃ ONLINE

DIÁRIO DE CUIABÁ ONLINE

DIÁRIO DE PERNAMBUCO ONLINE

DIÁRIO DO AMAPÁ ONLINE

DIÁRIO DO AMAZONAS ONLINE

DIÁRIO DO COMÉRCIO ONLINE

DIÁRIO DO NORDESTE ONLINE

DIÁRIO DO PARÁ ONLINE

DIÁRIO DO POVO ONLINE

DIÁRIO DO VALE ONLINE

ECONOMIA EM PAUTA

EL PAÍS

ÉPOCA NEGÓCIOS ONLINE

ÉPOCA ONLINE

ESTADO DE MINAS ONLINE

EXAME ONLINE

EXTRA ONLINE

FATOR BRASIL

FOLHA DE BOA VISTA ONLINE

FOLHA DE LONDRINA ONLINE

FOLHA DE PERNAMBUCO ONLINE

FOLHA DE S. PAULO ONLINE

FOLHA DE VITÓRIA

FOLHA DIRIGIDA ONLINE

FOLHA DO ESTADO ONLINE

FORBES BRASIL ONLINE

G1

GAZETA DE ALAGOAS ONLINE

GAZETA DE S. PAULO ONLINE

GAZETA DO POVO ONLINE

GLOBO.COM

GLOBO RURAL

GRU DIÁRIO

GUIA MARÍTIMO

GUIA OFFSHORE

GUIA OIL & GAS

HOJE EM DIA ONLINE

IG

INFOAMAZÔNIA

INFOMONEY

INFONET

INVESTNEWS

ISTO É DINHEIRO ONLINE

ISTO É ONLINE

JORNAL CORREIO DA MANHÃ ONLINE

JORNAL DA CIDADE ONLINE

JORNAL DA PARAÍBA ONLINE

JORNAL DE BRASÍLIA ONLINE

JORNAL DO BRASIL ONLINE

JORNAL DO COMÉRCIO ONLINE

JORNAL DO COMMERCIO ONLINE

JORNAL DO SENADO ONLINE

JORNAL DO TOCANTINS ONLINE

JOTA

JOVEM PAN NEWS

MACAÉ NEWS

MACAÉ OFFSHORE

MEIO FILTRANTE

MEIO NORTE ONLINE

METRÓPOLES

MONEY TIMES

MONITOR MERCANTIL

NEOFEED

NOTÍCIAS AGRÍCOLAS

NOVA CANA

O ANTAGONISTA

O BASTIDOR

O DEBATE ONLINE

O DIA ONLINE

O DIÁRIO ONLINE

O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL ONLINE

O ESTADO DE S. PAULO ONLINE

O ESTADO DO MARANHÃO ONLINE

O ESTADO ONLINE

O FLUMINENSE ONLINE

O GLOBO ONLINE

O HOJE ONLINE

O IMPARCIAL ONLINE

O LIBERAL ONLINE

O MOSSOROENSE ONLINE

O POPULAR ONLINE

O POVO ONLINE

O SÃO GONÇALO ONLINE

O TEMPO ONLINE

PETRO & QUÍMICA ONLINE

PETRONOTÍCIAS

PODER360

PORTOS E NAVIOS ONLINE

QUATRO RODAS ONLINE

R7

RELATÓRIO RESERVADO ONLINE

S&P GLOBAL PLATTS

SRZD

TERRA

TN PETRÓLEO ONLINE

TRIBUNA DE PETRÓPOLIS ONLINE

TRIBUNA DO NORTE ONLINE

UAI

ÚLTIMA HORA NEWS

UOL

VALOR ONLINE

VALOR INVESTE

VEJA ONLINE

VOCÊ S/A ONLINE

YAHOO

ZERO HORA ONLINE (GAÚCHA ZH)

- + Outros sítios eletrônicos especializados no setor de petróleo, gás natural e combustíveis
- + Outros sítios eletrônicos de veículos impressos, rádios e TVs listados nos itens anteriores

Internet (internacionais e ou em inglês)

BLOOMBERG

BNAMERICAS

FINANCIAL TIMES
NEW YORK TIMES
NEWSWEEK
PLATTS
REUTERS
TB PETROLEUM
THE HERALD
THE WALL STREET JOURNAL
TIME
UPSTREAM ONLINE
UPSTREAM
THE ECONOMIST
WASHINGTON POST

14. ANEXO II

ANEXO II
MODELOS DE LAYOUTS PARA A PÁGINA DO CLIPPING

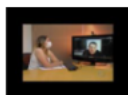
Página inicial:

TV



Taxistas e motoristas de aplicativo...

Band | Primeiro Jornal | 03h45 - "02 min" - 31/03/2021 05:21:03



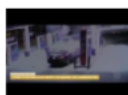
Decreto do Governo Federal...

TV Diário | Diário TV 2ª Edição | 19h15 - "03 min 08 seg" - 30/03/2021 19:31:29



Acidente em Preço dos combustíveis...

NDTV Record SC | Balanço Geral Florianópolis | 12h00 - "04 min 27 seg" - 30/03/2021 12:36:44



Explosão em posto...

Rede Record | Fala Brasil | 08h45 - "32 seg" - 30/03/2021 09:32:52

RÁDIO

CBN 30/03/2021 19:05:06

«» Mercado financeiro abraça reforma ministerial...
CBN - Valor Investe - 19h05 - "04 min 20 seg"

CBN 30/03/2021 07:39:20

«» Entrevista com o líder do Novo na Câmara...
CBN - Jornal da CBN - 06h00 - "11 min 14 seg"

CBN 29/03/2021 19:05:44

«» Risco de pedaladas fiscais preocupa o mercad...
CBN - Valor Investe - 19h05 - "05 min 06 seg"

CBN 29/03/2021 08:55:21

«» Miriam Leitão explica como se chegou ao Orça...
CBN - O Dia A Dia da Economia - Miriam Leitão - 08h55 - "05 min 45 seg"

JORNALIS & REVISTAS



31/03/2021
Silva e Luna descarta ca...
O Estado de S. Paulo
[PDF](#) [TXT](#)



31/03/2021
Cal urgência de ICMS dos...
Valor Econômico
[PDF](#) [TXT](#)



31/03/2021
Coronavírus volta a afet...
Monitor Mercantil (RJ)
[PDF](#) [TXT](#)



31/03/2021
IGP-M, que corrige alugu...
Folha de S. Paulo
[PDF](#) [TXT](#)

INTERNET



31/03/2021 10:53:10
Finanças 3R Petróleo precifica oferta ...
A Redação



31/03/2021 09:53:10
Petróleo oscila à espera da reunião da ...
A Redação

INTERNACIONAL




19/03/2021 14:12:12
The era of flexible knowledge, that occ...
tbpetroleum



08/03/2021 14:31:23
COSCO SHIPPING Heavy industry appoints ...
tbpetroleum

Página com a lista das matérias:

REFINE SUA BUSCA




VITRINE
Todas as Mídias
Jornais & Revistas
Tv
Rádio
Internet
Internacional

Quarta-Feira, 31 de março de 2021 | Veiculada(s) 7 matéria(s) até o momento - 12h7min.

Selecione Todas
Imprimir selecionadas
Enviar selecionadas
Gerar planilha

☐




31/03/2021

IGP-M, que corrige aluguéis, atinge 31,10 % em 12 meses


Em março, índice avança 2,94%; recomendação ao inquilino é negociar reajuste

Folha de S. Paulo

Combustíveis
Assuntos de interesse



☐



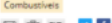
31/03/2021

Combustível puxa a alta de 2,94% no IGP-M, maior taxa de março desde 1995


IGP-M, maior taxa de março desde 1995 Índice de Preços ao Produtor de fevereiro subiu 5,22% na comparação com janeiro

Valor Econômico

Combustíveis



☐




31/03/2021

Cai urgência de ICMS dos combustíveis


Câmara dá prioridade à produção de oxigênio medicinal

Valor Econômico

Combustíveis



☐



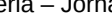
31/03/2021

Raízen contrata bancos e pode realizar um dos maiores IPOs da Bolsa brasileira

Raízen contrata bancos e pode realizar um dos maiores IPOs da Bolsa brasileira

Valor Econômico

Combustíveis



Página específica da matéria – Jornais e Revistas (com botões para visualizar a página original em PDF, salvar, imprimir e enviar por e-mail; e reprodução do texto da matéria):

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria -Geral da União
Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: DEZ/2025

29 de 44

31/03/2021 00:00:00

Coronavírus volta a afetar fluxo de caixa de produtores de etanol

A nova alta do número de infectados por coronavírus e o consequente retorno de restrições à mobilidade social no Brasil devem pressionar o fluxo de caixa dos produtores de açúcar e etanol.



MONITOR MERCANTIL (RJ)

A nova alta do número de infectados por coronavírus e o consequente retorno de restrições à mobilidade social no Brasil devem pressionar o fluxo de caixa dos produtores de açúcar e etanol. A afirmação é da Fitch Ratings, agência de classificação de risco. "Uma demanda por etanol, um substituto da gasolina, menor do que a inicialmente prevista deverá limitar os ganhos gerados pelo aumento dos preços de petróleo para os produtores sucroenergéticos brasileiros. Fluxos de caixa mais fracos podem gerar atrasos nos processos de desalavancagem de alguns emissores", destacou a agência em texto. A Fitch prevê que a demanda por etanol cairá um dígito na comparação anual do primeiro trimestre de 2021, devido à volta das restrições impostas por alguns municípios e estados. A demanda total por combustíveis, que inclui etanol hidratado e gasolina, diminuiu 6,5% nos primeiros dois meses de 2021, na comparação com o mesmo período do ano anterior, sendo que a de etanol hidratado se reduziu 9%, após uma queda de 15% em 2020. A tendência deve se manter em março, devido ao aumento das restrições à mobilidade social. A recuperação da demanda depois do primeiro trimestre dependerá do ritmo da vacinação e de por quanto tempo as restrições serão mantidas. O Brasil fica atrás apenas dos EUA no ranking de número de casos de Covid-19, com aproximadamente 10% dos 125 milhões de casos registrados no mundo, de acordo com a Universidade John Hopkins. A recente alta de casos se deve, em parte, à lentidão da campanha de vacinação e à variante P1 do vírus, que é mais transmissível. A Fitch revisou suas premissas e agora acredita que a oferta de etanol hidratado será superior à demanda em 2021, dada a redução da demanda, o que terá como resultado uma limitação de alta de preços do combustível. A demanda por etanol hidratado no Brasil teria que crescer 10% na safra 2021/2022 para responder à expectativa de queda de 2% da oferta local, para 20,6 bilhões de litros, pois o aumento da produção do etanol de milho compensará amplamente a esperada redução de 7% na produção do similar de cana-de-açúcar. Uma alta de 10% da demanda é desafiadora no momento, dada a trajetória da pandemia e as restrições à mobilidade social. Os preços do etanol podem influenciar os do açúcar, pois os produtores podem alternar a produção em virtude do melhor preço. O Brasil é o maior exportador de açúcar, portanto, uma maior oferta pressionará os preços para baixo. O preço do açúcar atualmente está sendo negociado em USD16 centavos por libra peso, acima da média de 14 centavos dos últimos cinco anos, em decorrência de um déficit da produção global e de posições não comerciais compradas de fundos de investimento. O fluxo de caixa dos produtores de açúcar e etanol com alta exposição a açúcar são parcialmente isolados de um declínio dos preços do alimento devido a posições de hedge. A Fitch acredita que 85% das exportações do produto para a safra 2021/2022 estão protegidas a um preço médio de R\$1.600 a tonelada, ante um

Página específica da matéria – Internet / Internacional (com botões para salvar, imprimir e enviar por e-mail; reprodução do texto da matéria e link para a matéria no site de origem):

31/03/2021 12:15:08

RenovaBio: ANP anuncia metas de distribuidores em 2021

A Agência Nacional do **Petróleo Gás Natural** e Biocombustíveis (**ANP**) divulgou nesta segunda-feira (29), no Diário Oficial da União (DOU), as metas individuais obrigatórias para compras de créditos de descarbonização (CBios) pelas distribuidoras de combustíveis em 2021, no âmbito do RenovaBio, da Política Nacional de Biocombustíveis. A meta geral para o ano é de 24,86 milhões de títulos, divididos entre as empresas do setor.



A REDAÇÃO | PANORAMAOFFSHORE.COM.BR

A Agência Nacional do **Petróleo Gás Natural** e Biocombustíveis (**ANP**) divulgou nesta segunda-feira (29), no Diário Oficial da União (DOU), as metas individuais obrigatórias para compras de créditos de descarbonização (CBios) pelas distribuidoras de combustíveis em 2021, no âmbito do RenovaBio, da Política Nacional de Biocombustíveis. A meta geral para o ano é de 24,86 milhões de títulos, divididos entre as empresas do setor.

A cada ano, as metas de cada empresa do setor são calculadas e divulgadas pela **ANP** com base nas metas do Conselho Nacional de Política Energética e na emissão de gases de efeito estufa por cada distribuidora que comercializava combustíveis fósseis no ano anterior.

O cumprimento da meta pelas distribuidoras ocorre por meio da compra de CBIOs, comercializados na Bolsa de Valores do Brasil (B3), e pode ser adquirido por empresas para cumprir a meta ou por terceiros não obrigados. Cada CBIO representa uma tonelada de dióxido de carbono que não é mais emitido ou sete árvores, pensando na captura de carbono.

[Visualização da matéria no veículo de origem](#)

Página específica da matéria – TV (com botões para assistir ao vídeo, salvar, imprimir e enviar por e-mail):

30/03/2021 19:31:29

Decreto do Governo Federal

Governo Federal obriga postos de combustíveis a informarem clientes sobre tributos




TV DIÁRIO | DIÁRIO TV 2ª EDIÇÃO


Governo Federal obriga postos de combustíveis a informarem clientes sobre tributos.



[Download do arquivo](#)

Página específica da matéria – Rádio (com botões para ouvir o áudio, salvar, imprimir e enviar por e-mail):




 Rádio



25/03/2021 13:35:50


O crescimento do mercado de energia renovável no Brasil

Rosana Jatobá destaca que a nossa matriz elétrica já é uma das mais sustentáveis do mundo



CBN | CBN SUSTENTABILIDADE

O crescimento do mercado de energia renovável no Brasil. Rosana Jatobá fala sobre o assunto do programa de domingo e a conversa que teve com Fernanda Pires, vice-presidente de pessoas e ESG da EDP Brasil. Rosana Jatobá destaca que a nossa matriz elétrica já é uma das mais sustentáveis do mundo.



[Download do arquivo](#)

/ TODAS AS MÍDIAS

REFINE SUA BUSCA

Assunto:

Clipping do Dia

☐ Todas as Mídias

☐ Jornais & Revistas

☐ Tv

☐ Rádio

☐ Internet

☐ Internacional

Palavra:

Com todas as palavras

Data Início:

02/10/2017

Data Fim:

02/10/2017

Disponível desde: 07/03/2001

☐ Lista simplificada

☐ Com paginação

PESQUISAR

A Semana em todas as Mídias

S

T

Q

Q

S

S

D

Sistema de busca – Jornais e revistas:

/ JORNAIS & REVISTAS

Assunto:

Clipping do Dia

Palavra:

Com todas as palavras

Jornalista:

OK

Estado:

---Estados---

Veículo:

---Veiculo---

Data Início:

31/03/2021

Data Fim:

31/03/2021

Disponível desde: 22/11/2001

☐ Lista simplificada

☐ Com paginação

PESQUISAR

A Semana em todas as Mídias

S

T

Q

Q

S

S

D

REFINE SUA BUSCA

Sistema de busca – TV:

/ TV

Clipping do Dia

Palavra:

Com todas as palavras

Emissora:

Programa:

☐ Com Vídeo

Data Início:

31/03/2021

Data Fim:

31/03/2021

Disponível desde: 22/11/2001

☐ Lista simplificada

☐ Com paginação

PESQUISAR

A Semana em todas as Mídias

S

T

Q

Q

S

S

D

REFINE SUA BUSCA

Sistema de busca – Rádio:

/ RÁDIO

Clipping do Dia



Palavra:

Com todas as palavras



Emissora:

---Selecione---



Programa:

---Selecione---



☐ Com Áudio

Data Início:

31/03/2021

Data Fim:

31/03/2021

Disponível desde: 22/11/2001

☐ Lista simplificada

☐ Com paginação

PESQUISAR

A Semana em todas as Mídias

S T Q Q S S D

REFINE SUA BUSCA

Sistema de busca – Internet:

/ INTERNET

Clipping do Dia

Palavra:

Com todas as palavras

Nome ou parte do veículo:

☐ Selecione Veículos

☐ Com Foto

Data Início: 31/03/2021

Data Fim: 31/03/2021

Disponível desde: 22/11/2001

☐ Lista simplificada

☐ Com paginação

PESQUISAR

A Semana em todas as Mídias

S

T

Q

Q

S

S

D

REFINE SUA BUSCA

Sistema de busca – Internacional:

/ INTERNACIONAL

Clipping do Dia

Palavra:

Com todas as palavras

Nome ou parte do veículo:

☐ Selecione Veículos/ Países

☐ Com Foto

Data Início:

31/03/2021

Data Fim:

31/03/2021

Disponível desde: 22/11/2001

☐ Lista simplificada

☐ Com paginação

PESQUISAR

A Semana em todas as Mídias

S

T

Q

Q

S

S

D

REFINE SUA BUSCA

As sugestões de layout são ilustrativas e podem ser alteradas ou adaptadas.

15. Anexo III

ANEXO III – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO
ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

Indicador	
Nº 1 – Execução conforme especificações do Termo de Referência e Pontualidade	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir que os serviços sejam executados nas especificações do termo de referência e nos prazos por ele estabelecidos.
Meta a cumprir	100% dos serviços em obediência às especificações e prazos do Termo de Referência
Instrumento de medição	Verificação por servidor da ANP, considerando as especificações e prazos do Termo de Referência e e-mails enviados à CONTRATADA registrando atrasos ou faltas.
Forma de acompanhamento	Verificação dos serviços e horários de cada solicitação e entrega. O não cumprimento será registrado por e-mail enviado à CONTRATADA.
Periodicidade	Por Nota Fiscal / fatura.
Mecanismo de cálculo	Em acordo com a planilha de Acompanhamento do Nível de Serviço
Início de vigência	A partir da assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	96% a 100% = 100% da fatura 86% - 95,99% = 95% da Fatura 80% - 85,99% = 85% da Fatura Abaixo de 80% - conforme faixa ajustada e sanção
Sanções	Abaixo de 80% – multa(s) por inexecução parcial ou total do contrato conforme item 22.2 do Termo de Referência
Observações	

Obs.: Para comprovação das informações necessárias para medição dos indicadores do Acordo de Níveis de Serviço, será utilizado o modelo de planilha abaixo, que deve ser incluída no e-mail a ser enviado à CONTRATADA.

Planilha de Acompanhamento do Nível de Serviço				
Descrição Item	Especificação e quantidades atendidas?	Qualidade do serviço	Prazo realizado conforme TR?	Observações
Envio do clipping digital por e-mail até o horário especificado do Termo de Referência	Sim/Não	Aprovada /Não aprovada	Sim/Não	Dedução de 1% na faixa de ajuste de pagamento por hora de atraso / Dedução de 5% em caso de não entrega em determinado dia, ou entrega após as 12h
Inserção de matérias veiculadas em jornais e revistas no ambiente conforme estabelecido no TR	Sim/Não	Aprovada /Não aprovada	Sim/Não	Dedução de 1% na faixa de ajuste de pagamento por cada matéria não inserida no clipping digital diário nos prazos estabelecidos.
Digitalização e inserção no banco de dados das matérias veiculadas na mídia impressa até o prazo especificado no Termo de Referência	Sim/Não	Aprovada /Não aprovada	Sim/Não	Dedução de 1% na faixa de ajuste de pagamento por cada hora de atraso na atualização do banco de dados de cada matéria/ Dedução de 2% por cada matéria não inserida
Digitalização e inserção no banco de dados das matérias de revistas semanais até o prazo especificado no Termo de Referência	Sim/Não	Aprovada /Não aprovada	Sim/Não	Dedução de 1% na faixa de ajuste de pagamento por cada hora de atraso por matéria / Dedução de 2,5% por cada matéria não inserida até as 12h da data de publicação
Digitalização e inserção no banco de dados das matérias de revistas mensais até o prazo especificado no Termo de Referência	Sim/Não	Aprovada /Não aprovada	Sim/Não	Dedução de 5% na faixa de ajuste de pagamento por cada matéria não inserida até o dia seguinte da data de sua publicação
Digitalização e inserção no banco de dados de matérias online (todos os sites e veículos online, incluindo TV, revistas, rádios, blogs, perfis, etc.) até o prazo especificado no TR	Sim/Não	Aprovada /Não aprovada	Sim/Não	Dedução de 1% na faixa de ajuste de pagamento por cada hora de atraso de cada matéria não incluída no ambiente online em relação à hora de publicação no veículo original
Digitalização e inserção no banco de dados de matérias veiculadas em rádio e TV até o prazo especificado no Termo de Referência	Sim/Não	Aprovada /Não aprovada	Sim/Não	Dedução de 1% na faixa de ajuste de pagamento por cada matéria não inserida em até 6 horas após sua veiculação
Manutenção do acesso ao banco de dados do clipping online	Sim/Não	Aprovada /Não aprovada	Sim/Não	Dedução de 5% na faixa de ajuste por cada dia em que o clipping online estiver inacessível por mais de 2 horas no período das 8h às 20h, salvo nos casos em que a CONTRATADA não tenha responsabilidade sobre a falta de acesso.

Fornecimento do login e senha dos veículos específicos (item 8.25)	Sim/Não	Aprovada /Não aprovada	Sim/Não	Dedução de 5% na faixa de ajuste de pagamento por cada dia de não fornecimento ou não funcionamento dos dados para login e senha dos veículos listados no item 8.25
--	---------	------------------------	---------	---

16. Anexo IV

ANEXO IV

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital OU Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão/Concorrência /Dispensa Eletrônica nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FABIO PORTNOJ CANTINHO

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 30/03/2026 às 16:37:29.

AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO - ANP - RJ

Estudo Técnico Preliminar 72/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 48610.232330/2025-77

2. Descrição da necessidade

Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de clipping jornalístico diário, contendo matérias veiculadas em jornais, revistas, emissoras de TV e rádio, sites de internet e agências de notícias nacionais e internacionais, que cite a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o setor regulado ou outras notícias de seu interesse, a ser disponibilizado em ambiente online.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
ANP - SCI	Cristina Blongren

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O serviço de clipping deverá contemplar jornais e revistas, mídia digital (portais, blogs e colunas de notícias), agências de notícias, emissoras de TV e emissoras de rádio, com veiculação de assuntos de interesse da ANP. Deve também, eventualmente, por indicação da SCI, e em casos de grande repercussão, captar matérias publicadas em emissoras de TV e emissoras de rádio de abrangência regional e em veículos impressos e online não listados na lista de veículos. O serviço compreende a seleção, análise de conteúdo e disponibilização de todo material em ambiente online, 24 horas por dia nos 7 dias de semana, para acesso pelos usuários da Agência, além de envio por e-mail para endereços a serem fornecidos pela ANP.

5. Levantamento de Mercado

A estimativa de preços foi realizada por meio de pesquisa de licitações com objeto e especificações similares realizadas por outros órgãos públicos que constam do comprasnet. A tabela que resume a pesquisa segue abaixo:

Mapa de Preços Clipping Jornalístico				
Órgão	Pregão/Contrato	Fornecedor	Valor Mensal	Valor Anual
Advocacia Geral da União	00029/2024	Iclipping Serviços de Monitoramento e Informação	R\$8.950,00	R\$107.400,00
EBSERH	03/2025	Iclipping Serviços de Monitoramento e Informação	R\$14.999,00	R\$179.988,00
BNDES	091/2022	My Cipp Serviços e Informações LTDA.	R\$13.600,76	R\$163.209,12
Média			R\$12.516,59	R\$150.199,04

6. Descrição da solução como um todo

Especificações do Clipping em ambiente Online

CONTRATADA deverá entregar uma página online personalizada do clipping em questão

O layout inicial deverá ser submetido à aprovação da ANP em até 3 dias úteis após a assinatura do contrato. Para que a Agência não fique sem o serviço, uma página provisória com as funcionalidades abaixo deverá ser disponibilizada de imediato após a assinatura do contrato.

Conforme imagens ilustrativas em anexo a página do clipping deverá ser dividida nas seguintes seções:

Vitrine: home-page ou página inicial onde estarão presentes as principais notícias e matérias veiculadas nas últimas 24 horas e um menu inicial com os seguintes botões: todos os veículos, TV, Jornais e Revistas, Internet, Internacional e Rádio. Deve apresentar ainda um sistema de busca detalhada.

Páginas com a lista das matérias: cada botão do menu inicial deve direcionar para uma página com a lista das matérias do tipo de veículo: data e hora de publicação, título, início da matéria com os primeiros 200 caracteres, nome do veículo e palavra(s) chave(s) encontrada(s). Devem ser listadas em ordem cronológica da mais recente para a mais antiga. Deve apresentar também ícones para impressão e exportação da matéria na íntegra, no formato original de sua publicação em pdf de alta resolução e para exportação para o formato txt. No caso de TV ou vídeos, deve apresentar opções para assistir o vídeo ou salvar o arquivo. No caso de rádio ou áudio, o arquivo poderá ser reproduzido ou salvo. O usuário deve poder ainda selecionar as matérias em lotes para impressão, exportação para os formatos acima ou ainda gerar uma planilha em Excel com todas as informações.

Página específica da matéria (jornais e revistas): Ao clicar na matéria da página com a lista das matérias, o usuário será direcionado à página com o conteúdo completo da matéria em formato de texto. A notícia deve ser identificada pela página, editoria/seção/coluna e indicação caso seja manchete ou tenha chamada de capa. Deve apresentar também ícones para impressão e exportação da matéria na íntegra, no formato original de sua publicação em PDF de alta resolução, e para exportação para o formato txt. No PDF deve constar a reprodução da(s) página(s) da matéria de seu veículo de origem, com fotos em alta resolução (min. 300 dpi), bem como a reprodução da capa do veículo quando a matéria for manchete ou tiver chamada de capa.

Página específica da matéria (online): Ao clicar na matéria da página com a lista das matérias, o usuário será direcionado à página com o conteúdo completo da matéria em formato de texto. Deve apresentar também link para a visualização da matéria no endereço eletrônico de origem, ícones para impressão e exportação da matéria na íntegra.

Página específica da matéria (rádio): deve apresentar opções para reproduzir ou salvar o arquivo de áudio com boa qualidade. A notícia deve ser identificada pela data, horário de veiculação, emissora, programa e tempo de duração, além de conter título e breve resumo do conteúdo.

Página específica da matéria (TV): deve apresentar opções para assistir o vídeo ou salvar o arquivo com boa qualidade. A notícia deve ser identificada pela data, horário de veiculação, emissora, programa e tempo de duração, além de conter título e breve resumo do conteúdo.

Sistema de busca: A Home-page e a página com a lista das matérias devem possuir também uma área com o sistema de busca que contemple os seguintes filtros: Assunto, palavra-chave, jornalista, palavra ou lista de palavras na matéria, Estado, Veículo, data, período a ser selecionado, dia da semana, idioma (inglês ou português) entre outras informações relevantes.

A página do clipping poderá ser acessada por meio de dispositivos móveis, como celulares e tablets, além de computadores. Deverá ser compatível com todos os principais navegadores de Internet. Além disso, deverá ficar disponível em uma área no site da empresa e deverá ser atualizada com as matérias que forem sendo publicadas ao longo do dia.[BCDS1].

No caso dos vídeos, a CONTRATADA deverá disponibilizar no ambiente online, as notícias em formato compatível para divulgação nos produtos de Intranet e Internet da ANP (.MP4, .AVI, .MOV, .MPEG, .FLV ou .MKV), e em formato compatível para download.

No caso dos áudios, a CONTRATADA deverá disponibilizar no ambiente online, as notícias em formato MP3 com finalidade de streaming online nos produtos da ANP. Quando necessário, será solicitada a disponibilização do áudio em alta qualidade de som, com 256 Kbps, para download.

A CONTRATADA deve cumprir os seguintes prazos para atualização no banco de dados:

As matérias da mídia impressa nos jornais diários deverão ser digitalizadas e inseridas no banco de dados até as 8h em dias úteis e até as 9h em finais de semana e feriados; As matérias de revistas semanais deverão ser digitalizadas e inseridas no banco de dados até as 9h da data de sua publicação;

As matérias de revistas mensais deverão ser digitalizadas e inseridas no banco de dados até o dia seguinte da data de sua publicação;

As matérias da mídia online deverão ser inseridas em tempo real, durante todo o dia, no site específico, com atraso de, no máximo, 60 minutos;

As matérias de rádio e TV deverão ser digitalizadas e inseridas no banco de dados em até 6 (seis) horas após sua veiculação.

Para o acesso à página do clipping, a CONTRATADA obriga-se a disponibilizar dois logins e duas senhas diferentes, uma de uso restrito à Superintendência de Comunicação e Relações Institucionais e uma de uso geral dos funcionários da ANP, sem limite de acessos, a serem disponibilizados na Intranet da Agência.

Tendo em vista que o serviço deverá funcionar 7 (sete) dias por semana, o banco de dados com as notícias deverá estar na infraestrutura da CONTRATADA, bem como o gerenciador de conteúdo e toda a infraestrutura de índices e arquivos que dão suporte à navegação e consultas. O serviço deverá ser compatível com a tecnologia usada pela ANP e estar acessível em 100% do dia, com bom funcionamento.

O sistema a ser utilizado para viabilizar o serviço é de responsabilidade e propriedade integral da CONTRATADA, devendo apresentar as funcionalidades aqui descritas de forma provisória a partir do primeiro dia de vigência do contrato. Entretanto, ao final do contrato ou mesmo antes, quando solicitada, a empresa CONTRATADA deverá fornecer à ANP todos os arquivos de conteúdo de matérias (em PDF e/ou HTML) acompanhados de arquivo em XML que permita a carga de todas as matérias na infraestrutura de banco de dados da ANP ou de outra empresa CONTRATADA para dar continuidade ao serviço. Cada matéria corresponderá a um registro XML que conterá campos com título da matéria, resumo, assuntos, veículo de publicação, data, nome do arquivo PDF ou HTML com o conteúdo da matéria, de forma padronizada que permita seu tratamento automático e confiável.

A CONTRATADA deverá enviar cada matéria ou notícia do clipping por e-mail para uma lista de servidores da ANP a ser definida após a assinatura do contrato, observando-se as seguintes disposições:

O assunto do e-mail será o título da matéria. O corpo do e-mail deve conter a data e hora de publicação, autor da matéria e/ou agência de notícias (quando houver), o texto da matéria na íntegra e um link para a página específica online do clipping com a matéria. Em caso de rádio ou TV, o texto será um resumo da matéria.

O link deverá apontar para a página específica da matéria, onde será possível visualizar, escutar ou salvar o arquivo. A empresa vencedora deverá apresentar à SCI/ANP um layout definitivo do sistema a ser utilizado (ferramenta) em até 03 (três) dias úteis após a assinatura do contrato.

A CONTRATADA deverá fornecer ainda um login e senha de usuário para acesso total aos seguintes veículos: Valor Online e Brasil Energia. O layout e infraestrutura do ambiente online podem ser alterados ou adaptados, desde que submetidos à aprovação da ANP. A CONTRATADA deverá disponibilizar neste ambiente online o histórico dos últimos 5 (cinco) anos do banco de dados com as matérias "clipadas". Após o envio dos arquivos pela ANP, o banco de dados com o histórico deve ser atualizado em até 5 (cinco) dias úteis ou em outro prazo combinado entre as partes.

Em até 5 (cinco) dias úteis após o encerramento do contrato, a CONTRATADA deverá arquivar e enviar à ANP o banco de dados com todas as matérias "clipadas" durante a vigência contratual nas especificações deste TR e seus anexos.

A lista de palavras-chave inicial para cobertura do clipping está relacionada abaixo:

Português

- a. ANP – Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
- b. Diretoria da ANP
- c. Petróleo
- d. Gás Natural
- e. GLP / gás de cozinha / gás liquefeito de petróleo
- f. Combustíveis (gasolina, diesel, querosene de aviação)
- g. Refino de petróleo
- h. Associações do setor (IBP, ONIP, ABPIP, Sindigás, Sindicom, Fecombustíveis, etc.)
- i. Órgãos de governo relacionados ao setor de petróleo e gás (exemplo: Ministério de Minas e Energia, Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA).
- j. Postos / Fiscalização de postos de combustíveis
- k. Distribuidoras (distribuidoras de combustíveis, como Shell, BR, Ipiranga, etc.).
- l. Principais empresas do setor de GLP (Ultraz, Liquigás, Supergasbras, etc.)
- m. Meio Ambiente (matérias de meio ambiente relacionadas à exploração e produção de petróleo e ao refino de combustíveis)
- n. Segurança operacional e acidentes relacionados ao setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis

- o. Exploração e produção de petróleo e gás
- p. Conteúdo Local (relacionado ao setor de petróleo e gás)
- q. Rodadas de Licitação de óleo e gás / Oferta Permanente
- r. Principais empresas do setor de upstream (Petrobras, Shell, Total, Equinor, BP, Exxon, Eneva, Enauta etc.)
- s. Shale gas, gás de xisto
- t. Participações governamentais (relacionado a petróleo e gás natural) / royalties / participações especiais
- u. Fracking / Fraturamento hidráulico
- v. Biocombustíveis (biodiesel, etanol, bioquerosene, biogás etc.)
- w. Hidrogênio
- x. Captura e armazenamento de carbono / CCS / CCUS

Inglês

- a. ANP – National Agency of Petroleum, Natural Gas and Biofuels

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Em 2024, foram cerca de 58.495 matérias com menções à ANP selecionadas pela ferramenta de clipping.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 150.199,04

O valor máximo estimado para o pregão eletrônico será de R\$150.199,08.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O objeto a ser contratado não é divisível ou parcelável. O fornecimento dos serviços de clipping de notícias por uma única empresa especializada assegurará: (i) maior eficiência e qualidade nos serviços; (ii) menor dispêndio de recursos por parte da Agência, que ficará responsável pela gestão e fiscalização de apenas um contrato; (iii) comunicação uniforme com um único responsável pelas ações empreendidas; e (iv) economia de escala, uma vez que a empresa contratada poderá dar descontos pelo volume de temas ou matérias a serem cobertos.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A contrato para serviços de comunicação corporativa (1.026/2024-ANP-203.227) depende do objeto deste contrato para realizar o monitoramento e análise do conteúdo sobre a ANP e setor regulado nos veículos e internet. O atual contrato de clipping da ANP (processo 48610.205027/2021-78) encerra-se em 19/10/2026.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está alinhada ao ciclo do Planejamento Estratégico da ANP 2025-2028, especialmente ao objetivo estratégico: "Promover a transparência e reforçar as ações regulatórias da ANP, contribuindo para um melhor ambiente de negócios". As ações de comunicação e seus resultados reforçam a transparência e efetividade das iniciativas regulatórias. O serviço de clipping a ser contratado é a ferramenta adequada para monitorar esses resultados e avalar a percepção da mídia acerca das atividades da ANP, demanda de agentes econômicos e a sociedade.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O Clipping jornalístico é uma das ferramentas mais importantes para aferir se os objetivos estratégicos da ANP estão sendo cumpridos. O serviço é necessário para que os dirigentes e demais servidores da Agência mantenham-se informados e atualizados sobre as matérias, notícias e conteúdos jornalísticos do setor regulado, de forma rápida, eficiente e segura.

O monitoramento das notícias de interesse da instituição é como um termômetro que indica à ANP o impacto de sua atuação sobre a sociedade e a repercussão de suas ações. O serviço também é uma ferramenta essencial para auxílio na tomada de decisões e elaboração das ações comunicação da Agência.

13. Providências a serem Adotadas

Realização de pregão eletrônico para contratação do serviço de clipping jornalístico segundo as especificações do TR.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Será incluído no Projeto Básico item dispondo que os serviços a serem contratados deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela ANP. Nesse sentido, o serviço será totalmente online, representando grande economia de recursos em papel e logística.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação não só é viável como habitual e necessária, como demonstram os editais de outros órgãos da Administração Pública.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FABIO PORTNOJ CANTINHO

área técnica



Assinou eletronicamente em 27/01/2026 às 17:02:20.

BARBARA CORDEIRO DIAS SKABA

área técnica